



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

### SENTENÇA

Processo Digital nº: **0000878-80.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**  
 Requerente: **Fabio Rodrigo Danaga**  
 Requerido: **Concessionária de Rodovias do Interior Paulista SA - INTERVIAS**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Dispensado o relatório. Decido.

Afasto a preliminar de ausência de interesse processual, porquanto há pretensão resistida e a via eleita é adequada.

Afasto a preliminar de impossibilidade jurídica do pedido, vez que a condição da ação pressuposta por essa alegação não mais subsiste em nosso ordenamento jurídico, tendo sido eliminada pelo novo Código de Processo Civil.

Ingressando no mérito, reputo que improcede a ação.

Segundo o art. 373, inciso I do Código de Processo Civil, compete ao autor a prova dos fatos constitutivos de seu direito, especialmente quando, como se verifica na presente demanda, o ponto se torna controvertido, exigindo, pois, a produção de prova a seu respeito (art. 374, inciso III do Código de Processo Civil - *a contrario sensu*).

No presente caso, o autor não comprovou o fato constitutivo de seu direito, isto é, que na ocasião dos fatos estava transitando com seu automóvel e,



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

na rodovia administrada pela ré, colidiu com um tambor que se encontrava na pista de rolamento.

Inexiste prova desse fato. Aos autos, somente veio aos autos boletim de ocorrência (páginas 2/5).

Todavia, "o boletim de ocorrência não goza de presunção *juris tantum* de veracidade das informações, posto que apenas consigna as declarações colhidas unilateralmente pelos interessados, sem atestar que tais relatos sejam verdadeiros" (STJ, AgRg no Ag 795.097/SC, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa).

Há situações em que a diretriz acima pode ser afastada ou mitigada, como quando, por exemplo, o boletim de ocorrência não é lavrado apenas a partir do relato unilateral da parte, mas também com base no que foi constatado pelos policiais rodoviários que efetivamente estiveram no local do acidente e confirmaram a ocorrência (STJ, REsp 302.462/ES, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito).

Não é o que se verifica, porém, na hipótese vertente. O boletim de ocorrência confirma apenas os danos – estes sim, página 5, confirmados pelo policial -, mas não o acidente e suas circunstâncias, vez que o documento foi lavrado no Comando de Policiamento Rodoviário, sem qualquer comparecimento dos policiais ao local dos fatos.

Os orçamentos e notas fiscais de páginas 9/13, de seu turno, também comprovam apenas os danos, mas não o acidente e suas circunstâncias.

A par tais considerações, deve ser levado em conta ainda que o autor sequer tirou foto do veículo no momento do acidente, ou do objeto (tambor) que



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

estaria na pista de rolamento, assim como sequer acionou a concessionária para que ela registrasse o fato.

O cenário é de insuficiência probatória.

Ante o exposto, julgo improcedente o pedido.

Sem condenação em verbas sucumbenciais, no juizado, neste grau.

P.I.

São Carlos, 21 de novembro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**